

Tendências e desafios da Alfabetização Digital na produção científica da Ciência da Informação

Mariana Silva Moura

Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação,
São Carlos, SP, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3986-233X>
mouramariana@ufscar.estudante.br

Márcia Regina da Silva

Universidade de São Paulo, Departamento de Educação, Informação e Comunicação, Ribeirão
Preto, SP, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5852-1026>
marciaregina@usp.br

Daniele Achilles

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Biblioteconomia, Rio de Janeiro, RJ,
Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3648-7282>
daniele.achilles@unirio.br

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v19.n1.2026.59733>

Recebido/Recibido/Received: 2025-09-18

Aceito/Aceptado/Accepted: 2025-12-30

Publicado/Publicado/Published: 2026-02-20

Resumo

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e aos princípios da Alfabetização Midiática e Informacional, este trabalho oferece uma visão sobre Alfabetização Digital na literatura científica global na Ciência da Informação. Trata-se de uma revisão sistemática com abordagem qualitativa exploratória, que busca identificar o estado da arte da Alfabetização Midiática e Informacional e as principais discussões, desafios e oportunidades junto à comunidade e às bibliotecas públicas no desenvolvimento de práticas educativas de letramento digital. Entre os contextos de aplicação, destaca-se a crescente preocupação com a desigualdade digital de grupos marginalizados, comunidades e faixas etárias negligenciadas. Os principais desafios apontados se referem à falta de investimento em políticas públicas, ao *déficit* de treinamento profissionalizante e à ausência de planos específicos de desenvolvimento digital. Conclui-se que o tema tem espaço de desenvolvimento em perspectivas políticas e socioeconômicas. De forma positiva, nota-se o aumento das pesquisas de Alfabetização Digital com um viés social crítico. Contudo, recomenda-se a apropriação do tema na Ciência da Informação a fim de enriquecer as discussões sobre Alfabetização Digital.

Palavras-chave: Alfabetização Digital. Brecha Digital. Bibliotecas Públicas. Competência em Informação.

Tendencias y desafíos de la alfabetización digital en la producción científica en Ciencias de la Información

Resumen

Alineado con los Objetivos de Desarrollo Sostenible y con los principios de la Alfabetización Mediática e Informacional, este trabajo ofrece una visión sobre la Alfabetización Digital en la literatura científica global en Ciencias de la Información. Se trata de una revisión sistemática con enfoque cualitativo exploratorio, que busca identificar el estado del arte de la Alfabetización Mediática e Informacional y los principales

debates, desafíos y oportunidades junto a la comunidad y a las bibliotecas públicas en el desarrollo de prácticas educativas de alfabetización digital. Entre los contextos de aplicación, se destaca la creciente preocupación por la desigualdad digital de grupos marginados, comunidades y franjas etarias desatendidas. Los principales desafíos señalados se refieren a la falta de inversión en políticas públicas, al déficit de formación profesionalizante y a la ausencia de planes específicos de desarrollo digital. Se concluye que el tema aún tiene espacio de desarrollo en perspectivas políticas y socioeconómicas. De manera positiva, se observa un aumento de investigaciones sobre Alfabetización Digital con un enfoque social crítico. No obstante, se recomienda la apropiación del tema en las Ciencias de la Información con el fin de enriquecer las discusiones sobre alfabetización digital.

Palabras clave: Alfabetización Digital. Brecha Digital. Biblioteca Pública. Alfabetización Informacional.

Trends and challenges of Digital Literacy in scientific production in Information Science

Abstract

Aligned with the Sustainable Development Goals and the principles of Media and Information Literacy, this work provides an overview of Digital Literacy in global scientific literature in Information Science. It is a systematic review with an exploratory qualitative approach, aiming to identify the state of the art of Media and Information Literacy and the main discussions, challenges, and opportunities within the community and public libraries in the development of educational practices for Digital Literacy. Among the contexts of application, particular emphasis is placed on the growing concern with digital inequality among marginalized groups, communities, and neglected age groups. The main challenges identified refer to the lack of investment in public policies, the deficit in professional training, and the absence of specific digital development plans. It is concluded that the theme still has room for development in political and socioeconomic perspectives. On a positive note, there is an increase in Digital Literacy research with a critical social perspective. However, it is recommended that the theme be more fully appropriated within Information Science to enrich the discussions on Digital Literacy.

Keywords: Digital Literacy. Digital Divide. Public Libraries. Information Literacy.

1 Introdução

Em 2015, países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram e se propuseram a cumprir um plano de ação chamado “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (IFLA, 2016). Este marco reconhece a urgência da erradicação da pobreza, busca fortalecer a paz mundial e assegurar direitos humanos com um plano que contempla 169 metas distribuídas em 17 objetivos universais. Faltando cinco anos para o prazo final expirar, a Agenda 2030 ainda demonstra carência de trabalho em diversos setores, incluindo educação de qualidade e equalização de oportunidades a toda a sociedade civil.

Entende-se que seu cumprimento demanda iniciativas e um conjunto sólido de projetos públicos que supram ou forneçam competências necessárias à plena cidadania. Sendo “pleno”, sinônimo de acesso integral às políticas públicas, oportunidades de trabalho, desenvolvimento crítico para garantir direitos individuais e participação cívica de qualidade frente às discussões em benefício coletivo.

Nesse sentido, uma das áreas defasadas refere-se ao letramento digital. Muitas vezes traduzida como Alfabetização Digital, ela eleva o poder social e fortalece o empoderamento do cidadão em diversas áreas da vida. A UNESCO, assim como outros órgãos e Estados, advogam

sobre o direito do ser humano ser capacitado digital e midiaticamente e entende que para que esse objetivo seja atingido, um conjunto de habilidades precisa ser trabalhado a fim de que a sociedade desenvolva uma visão mais ampla sobre o conteúdo das informações que recebe e sobre a intenção de seus interlocutores e dos canais pelos quais elas são disseminadas.

Em um cenário de forte algoritmização de plataformas e massivo uso de Inteligência Artificial Generativa, esses letramentos podem ser desmembrados em nichos como: competências técnicas e para o uso de ferramentas; competências informacionais e para a manipulação da informação; competências para as mídias, para uso e propagação responsável; competências éticas e culturais para formação de cidadãos mais conscientes, entre outras. Juntas, elas permitem ao cidadão algo semelhante ao pensamento de Farias e Belluzzo sobre a Competência em Informação: “[...] o reconhecimento social sobre a capacidade de alguém de se pronunciar a respeito de um assunto específico” (Farias; Belluzzo, 2015, p. 37). Mas para além disso, o letramento digital é uma apropriação individual que pode se transformar em ação coletiva crítica.

Esse empoderamento ganha força no trabalho colaborativo e em espaços sociais como centros culturais, coletivos periféricos e bibliotecas públicas. Mas, embora haja proliferação de planos teóricos desde o reconhecimento da Competência Digital (*Digital Competence*) como uma das competências essenciais para o aprendizado ao longo da vida, em 2006, ainda parece tímida a participação comunitária nesse processo de aprendizado, seja ele individual ou coletivo.

No recorte dos centros sociais comunitários, especificamente no que se refere às responsabilidades da biblioteca pública, o *Manifesto da Biblioteca Pública* de 2022 defende princípios atualizados à sociedade em rede. Ao estabelecer a responsabilidade da biblioteca no desenvolvimento de competências necessárias para o aprendizado ao longo da vida da era digital, como a missão de: “[...] viabilizar o desenvolvimento das habilidades para leitura midiática e Alfabetização Digital para todas as pessoas em todas as idades, no intuito de promover uma sociedade informada e democrática (IFLA UNESCO, 2022, n.p.), o Manifesto se mostra alinhado aos objetivos da Agenda 2030 e da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI).

Contudo, não é perceptível na sociedade como um todo o fomento a projetos e atividades que dizem respeito às iniciativas de Alfabetização Digital, em especial, desenvolvidas em centros sociais como a biblioteca pública. Cabe, então, uma reflexão sobre o estado da arte da AMI, que orienta os princípios da Alfabetização Digital na literatura científica global. Quais rumos estão tomando a Alfabetização Digital, em especial na área de Ciência da Informação? Quais ações, movimentos e discussões estão sendo feitos no sentido de ampliar a prática ou falar sobre ela?

O objetivo deste trabalho é responder a tais questionamentos e buscar, no campo da Ciência da Informação, em diálogo com áreas interdisciplinares como Educação e Comunicação, uma compreensão sobre o desenvolvimento da temática. Por meio de uma revisão sistemática, procura-se identificar os principais conceitos, desafios e oportunidades enfrentadas pelas bibliotecas públicas na promoção de Alfabetização Digital.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, cuja relevância se justifica pela necessidade premente de absorver e consolidar os conceitos já estabelecidos no campo da Ciência da Informação. Espera-se que este estudo contribua teoricamente para o avanço das discussões na Ciência da Informação e na Biblioteconomia, servindo como base para o desenvolvimento de futuras investigações.

2 Referencial Teórico

Para uma boa compreensão do ecossistema da Alfabetização Digital, é imprescindível a localização dos termos. A fim de minimizar erros conceituais, propõe-se um distanciamento parcial das definições da área da Educação e a utilização, no recorte específico deste trabalho, dos termos letramento e alfabetização como sinônimos, respaldado na definição de alfabetização da UNESCO (2025):

[...] a alfabetização é agora entendida como um meio de identificação, compreensão, interpretação, criação e comunicação num mundo cada vez mais digital, mediado por texto, rico em informação e em rápida transformação. [...] faz parte de um conjunto maior de habilidades, que inclui habilidades digitais, alfabetização midiática, educação para o desenvolvimento sustentável e cidadania global, bem como habilidades específicas para o trabalho.

A preferência pela utilização de “alfabetização” se dá pela coerência junto à UNESCO, mas neste trabalho não há prejuízo no uso de “letramento”. Assim como também não se exclui a possibilidade de uma nova terminologia emergir como consequência da dinamicidade do tema ou que em trabalhos futuros seja feito um aprofundamento mais pertinente dos conceitos. O essencial é a compreensão de que o conceito aqui abordado é o *Digital Literacy*, termo de língua inglesa popularizado por Paul Gilster nos anos 1990. A depender do contexto e autor, o termo é traduzido para o português como letramento, alfabetização ou literacia digital.

Em 1997, o escritor e educador americano Paul Gilster publica o livro *Digital Literacy* e se torna um dos principais disseminadores do termo. No livro, Gilster define o conceito de forma bastante específica como sendo “[...] a capacidade de compreender e usar informações em vários formatos de uma ampla variedade de fontes quando apresentadas por meio de computadores.” (1997, p. 1). Uma vez que sua conceituação é ambientada no cenário inicial da

democratização da internet, Gilster ressalta a importância de competências focadas no domínio da ferramenta. Ele elenca habilidades essenciais ao comportamento do leitor na internet como: o pensamento crítico sobre o conteúdo online, o aprendizado das novas formas de leitura dos conteúdos eletrônicos e a importância de estratégias e mecanismos para o novo cenário de busca de informação que se estabelecia (1997, p. 2). Ainda não era tempo de domínio das redes sociais digitais e a oferta informacional em ambiente digital era seletiva.

O termo *Digital Literacy* já havia aparecido na literatura antes de Gilster, em 1995, em uma visão otimista sobre a democratização digital de um texto de Richard A. Lanham intitulado “Letramento digital: a multimídia exigirá facilidades equivalentes em palavras, imagens e sons”. O texto traz uma perspectiva cognitiva: as diferenças entre o letramento convencional da cultura impressa e o letramento digital, em uma cultura multimídia. Na visão de Lanham, o ambiente digital favorecia as diferentes formas de aprendizagem e permitiria um ambiente democrático não visto há muito tempo: onde todos têm acesso ao mesmo conteúdo e possibilidade de se desenvolver nos mesmos tópicos, sem distinção de classes ou níveis de poder.

O pensamento de Lanham justapõe-se à ideologia da *Declaração de Independência do Ciberespaço* (Barlow, 1996), a qual defendia que a internet seria, por essência, independente, livre da soberania de qualquer governo e acessível a todos, sem distinção entre os grupos. O documento guiou os engenheiros do Vale do Silício, desenvolvedores das principais *big techs* que hoje estão à frente da sociedade (Fisher, 2023). O que até então permanecia pouco destacado era a hegemonia do grupo dominante na construção da tecnologia. A desconsideração das diferenças de classe, gênero e raça entre os agentes que moldaram o mundo digital contribuiu diretamente para o cenário de desigualdade digital que enfrentamos na atualidade.

Pela preocupação com a perspectiva social, entre outros motivos organicamente intrínsecos, nas últimas décadas houve uma remodelação dos letramentos digitais contemplando mais que o aprendizado técnico. Leaning (2019), por exemplo, define Alfabetização Digital como:

[...] um amplo conjunto de competências relacionadas ao uso de mídias digitais, computadores e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Muitas vezes, entende-se que compreende (ou inclui) uma série de outras formas de alfabetização, como alfabetização de computador, alfabetização de internet, alfabetização de mídia e alfabetização de informação (p. 4).

A UNESCO, em seu documento *A Global Framework of Reference on Digital Literacy Skills for Indicator* (2018), explicita que as definições de Alfabetização Digital são várias, assim como os motivos que levam os países a assumir um compromisso nacional de desenvolver esse

letramento em sua população. As definições vão desde autores alinhados à citação de Leaning (2019), que consideram a Alfabetização Digital como uma derivação de outros letramentos, e por consequência as engloba, como o letramento midiático, informacional e para uso das TIC, até documentos que separam em diferentes conceitos o letramento tradicional do letramento para informática.

Os objetivos para o desenvolvimento desse tipo de letramento percorrem o campo social, seja para criação de empregos e melhora da prestação de serviços públicos ou para suprir a lacuna causada pela exclusão digital (UNESCO, 2018, p. 6). Para todos os casos, tornou-se comum a criação de planos e quadros teóricos, assim como políticas públicas de digitalização que orientam para boas práticas de uso, consumo e disseminação de informação em meio digital. Contudo, esses planos permeiam camadas muito superiores das esferas pública e privada e, dificilmente destacam centros sociais como as bibliotecas como locais de proliferação. Mais que acesso à cultura, informação e conhecimento, a biblioteca é um centro social que permite uma colaboração e um senso comunitário difícil de ser encontrado em outros locais. Dessa forma, este trabalho vê a biblioteca pública como um lugar de fomento para a Alfabetização Digital e visa entender como o assunto é tratado na literatura da área da Ciência da Informação e correlatas.

3 Metodologia

Esta pesquisa de caráter exploratório e do tipo qualitativa, utilizou a revisão sistemática como abordagem metodológica. A revisão sistemática segue um protocolo bem definido, que inclui etapas como a formulação da pergunta de pesquisa, a definição de critérios de inclusão e exclusão, a busca exaustiva da literatura, a seleção de estudos, a avaliação da qualidade dos estudos incluídos e a síntese das evidências relevantes sobre uma problemática de pesquisa.

Este tipo de abordagem “[...] é uma modalidade de pesquisa, [que verifica] o que funciona e o que não funciona num dado contexto” (Galvão; Ricarte, 2019, p. 58). É almejado com esse método, maior compreensão dos desafios ou oportunidades da Alfabetização Digital na sociedade, a partir da análise de material científico da área da Ciência da Informação.

Um protocolo foi desenvolvido (Quadro 1), descrevendo os termos de busca utilizados, as bases de dados pesquisadas, os critérios de inclusão e exclusão dos estudos e os procedimentos de seleção e extração de dados.

Quadro 1 - Protocolo de revisão sistemática

Campo	Preenchimento do campo
Objetivo	Identificar na literatura estudos primários que forneçam insumo para a análise do estado da arte da Alfabetização Digital na Ciência da Informação e o levantamento quantitativo sobre as publicações da área e o surgimento dos conceitos. Extrair argumentações e reflexões sobre os conceitos atrelados à Alfabetização Digital para embasar a reflexão teórica que irá apoiar a crítica sobre as ações realizadas por dois grupos de bibliotecas públicas.
Questão principal	O que tem sido estudado sobre Alfabetização Digital na ciência mundial?
Questão secundária	Como estão atuando as bibliotecas públicas no ecossistema da Alfabetização Digital?
População	Artigos que abordem temas do espectro da Alfabetização Midiática e Informacional e conceitos de transliteracia. Serão priorizados estudos de Competência ou Alfabetização Digital, Biblioteca, Políticas Públicas, Transliteracia, Espaços fora da escola e Questões sociais.
Intervenção	Busca-se entender quais aspectos da Alfabetização Digital estão sendo pesquisados no mundo, se os projetos desenvolvidos contemplam a participação de bibliotecas e se questões sociais estão sendo consideradas, como por exemplo, as diferenças entre países de primeiro mundo e países em desenvolvimento na aplicação de políticas públicas voltadas à Alfabetização Digital.
Controle	Artigos científicos de texto completo publicados na área da Ciência da Informação.
Resultados	Extrair, compilar e analisar os dados obtidos nas publicações científicas recuperadas.
Aplicação	• Análise do estado da arte da Alfabetização Digital na Ciência da Informação. • Levantamento quantitativo sobre as publicações da área e o surgimento dos conceitos. • Reflexão teórica que, posteriormente, irá apoiar a crítica sobre as ações de Alfabetização Digital realizadas por dois grupos de bibliotecas públicas.
Palavras-chave	<i>Digital Competence(s), Digital Literacy(ies), Media and Information Literacy, Media Literacy(ies), New Media Literacy(ies), Transliteracy, Transmedia literacy</i>
Critérios de Seleção de fontes de busca	Bases internacionais; Bases que contemplem estudos das áreas de Ciência da Informação, Comunicação e Educação; Bases com possibilidades de filtros para tipologia do documento, idioma, área do conhecimento e palavras-chave ou assunto;
Idiomas	Português; Inglês; Espanhol.
Métodos de pesquisa	Fase de seleção: Examinar título, resumo e palavras-chave. Fase de extração: Examinar texto completo.
Lista de fontes	Scopus; Web of Science;
Critérios de seleção (inclusão e exclusão)	(I) Serão incluídos materiais nas áreas de conhecimento: Ciência da Informação, Educação e Comunicação. (I) Serão incluídos materiais que abordem a Alfabetização Digital em sua aplicação prática ou reflexionem sobre sua teoria, que sejam de interesse para embasar e discutir o tema na dissertação. (I) Serão incluídos materiais que apresentem fundamentos teóricos sobre a criação, desenvolvimento ou aplicação da Alfabetização Midiática e Informacional, sendo ela tratada sob qualquer um dos termos definidos neste protocolo. (I) Serão incluídos materiais que abordem conceitos de Transliteracia e Letramento Transmidiático. (E) Serão excluídos materiais fora do recorte temporal até-2022; (E) Serão excluídos materiais sem possibilidade de acesso à bibliografia básica: autor, ano, local e resumo. (E) Serão excluídos materiais que não contenham ao menos 1 das palavras-chaves no título, no resumo ou nas palavras-chave. (E) Serão excluídos materiais com baixa prioridade de leitura segundo análise SCAS e score. (E) Serão excluídos materiais que não abordem a temática de interesse em profundidade ou precisão adequadas. (E) Serão excluídos materiais anteriores a 2017 na fase qualitativa (análise de materiais dos últimos 5 anos);
Definição de tipos de estudos	Artigos de periódicos e artigos de eventos científicos.
Avaliação de qualidade dos estudos	Para a compreensão temporal dos conceitos e suas relações com os principais picos de publicação de cada termo, autores mais relevantes, entre outros, serão extraídas informações de título, autor, palavras-chave, ano e local. Para posterior exclusão seletiva e análise qualitativa de materiais, o resumo e o texto completo serão considerados e serão preenchidos

	“formulários de extração de dados” para cada texto lido integralmente, que vão conter a síntese do trabalho e que conduzirá à reflexão a respeito do conteúdo.
Campos de formulário para extração de dados	(1) Tipo de pesquisa={De campo/Coleta de Dados, Estudo de caso, Pesquisa-ação, revisão sistemática, Estudo Cientométrico/Bibliométrico, Revisão Bibliográfica/Literatura}; (2) A pesquisa está relacionada com a biblioteca? ={Sim Pública, SimEscolar, SimUniversitária, Sim Digital, Não}; (3) A pesquisa está relacionada com escolas ou algum método de ensino? ={Sim, Não}; (4) A pesquisa aborda políticas públicas ou programas de governo? ={Sim, Não}; (5) A pesquisa analisa e/ou propõe uma aplicação prática para a sociedade? ={Sim, Não}; (6) A pesquisa aborda conceitos de Transliteracia?={Não, Sim};
Sumarização de dados.	Com os resultados obtidos, deverá ser redigido um capítulo da dissertação que descreve sinteticamente o conteúdo da RS. Análises qualitativas e quantitativas, com relação aos trabalhos pesquisados e suas conclusões, também deverão ser realizadas.;

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A revisão sistemática foi conduzida com base no *Framework SALSA (Search, Appraisal, Synthesis, Analysis)*, modelo conceitual aplicado em Ciências Humanas e Sociais que orienta as etapas de busca, avaliação, síntese e análise.

Na fase de Busca, os registros recuperados passaram pela exclusão de duplicatas, resultando em **3.537 artigos**. Em seguida, na etapa de Avaliação, foram considerados apenas os materiais publicados nos últimos 5 anos, sendo rejeitados textos classificados como de baixíssima prioridade de leitura. Após esse refinamento inicial, **1.100 registros** foram analisados por meio da leitura de títulos, permitindo detalhar os critérios de inclusão e exclusão.

Foram selecionados trabalhos cujo foco central abordava Alfabetização Digital, a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) ou as Transliteracias, priorizando pesquisas relacionadas a Bibliotecas, Políticas Públicas, práticas de letramentos fora da escola e questões sociais vinculadas à AMI. Estudos com temáticas pouco precisas e sem profundidade analítica foram descartados.

Na fase de Síntese, restaram 99 registros, que após a leitura de resumos foram reduzidos a **45 artigos**. Estes constituíram o *corpus* da pesquisa e foram lidos integralmente, possibilitando a identificação de tendências e práticas relacionadas à AMI, com ênfase na Alfabetização Digital.

A análise possibilitou a categorização dos estudos em duas grandes áreas metodológicas:

- a. Revisões sistematizadas e Levantamentos Bibliográficos (18 artigos)
 - i. Conceitos gerais de Alfabetização Digital (13 artigos) e
 - ii. Projetos, programas e questões sociais relacionadas à AMI (5 artigos);
- b. Pesquisas de Campos e relatos de aplicações práticas (26 artigos)
 - i. AMI na comunidade (13 artigos) e
 - ii. AMI em bibliotecas (13 artigos).

Cabe ressaltar que, dos 45 artigos inicialmente incluídos, um foi descartado na fase de análise por não disponibilizar acesso integral ao conteúdo sem pagamento, resultando em **44 artigos** efetivamente examinados.

4 Resultados

A revisão sistemática permitiu identificar na literatura, definições de termos e conceitos relacionados à AMI, entendida como conceito guarda-chuva que engloba, entre outros, a Alfabetização Digital. O objetivo central foi mapear as barreiras que dificultam a consolidação de práticas educacionais voltadas à Alfabetização Digital.

Nas subseções seguintes, apresenta-se a análise bibliográfica realizada com base nos 44 artigos selecionados. Estes trabalhos foram organizados em duas grandes categorias: Revisões Sistematizadas e Levantamentos Bibliográficos, que evidenciaram conceitos gerais de Alfabetização Digital, bem como projetos, programas e questões sociais; e Pesquisas de campo, que destacaram a presença da AMI em comunidades e bibliotecas.

4.1 Revisões Sistematizadas e Levantamentos Bibliográficos

Esta subseção se divide em pesquisas que buscam abordar teoricamente conceitos gerais de Alfabetização Digital e pesquisas que abordam projetos, programas e questões sociais relacionadas à AMI, sem necessariamente, contemplarem práticas ou testes junto à comunidade.

4.1.1 Alfabetização digital: conceitos gerais

Há concordância entre os autores desta categoria quanto à falta de padronização da nomenclatura “Alfabetização Digital” (*Digital Literacy*). Isso acontece porque o termo abrange múltiplos campos de estudo e evoluiu com o tempo (Martínez-Bravo et al., 2020). O conceito surgiu com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos anos 1980, inicialmente como sendo “letramento em informática” (*computer literacy*) e, nos anos 1990, como “letramento informacional” (*information literacy*), promovido pela Biblioteconomia e Ciência da Informação (Naval et al., 2016).

Sobre as tentativas de unificação do termo, não há resposta unânime na literatura. No entanto, Martínez-Bravo et al. (2020) identificam *Digital Literacy*, como o termo central em sua meta-pesquisa. Eles argumentam que, mais do que um conjunto de competências, o *Digital Literacy* é um processo envolvendo diferentes atores e etapas. Autores como Heena e Nidhi (2022) corroboram que não existe uma definição única e amplamente aceita de Alfabetização Digital, com interpretações variadas dependendo do contexto.

Bali (2019) acrescenta que, embora haja múltiplas definições, a maioria delas reconhece a Alfabetização Digital como um fenômeno multidimensional, frequentemente incorporando a competência informacional como “componente essencial” (p. 69). Trata-se de um conceito marcado por diversas abordagens, o que dificulta a consolidação de uma definição única.

Alguns autores, como Polizzi (2023), expandem a compreensão da Alfabetização Digital para além das competências técnicas, associando-a à cidadania. O autor defende englobar uma compreensão crítica do ambiente digital, indo além da simples avaliação de conteúdo online, para incluir também o entendimento da economia política da Internet e de seus efeitos na vida cívica.

Autores como Tinmaz *et al.* (2022) defendem a necessidade de desenvolver *frameworks* a diferentes contextos e níveis tecnológicos, considerando que cada grupo pode demandar um conjunto específico de habilidades. Os autores ressaltaram que “para enfrentar os desafios da Alfabetização Digital, diferentes especialistas, como tecnólogos, designers instrucionais e especialistas em conteúdo, devem colaborar” (p. 13).

A Alfabetização Digital é igualmente apresentada como uma estratégia promissora para reduzir o *Digital Divide* (Exclusão Digital), entendido como a disparidade entre aqueles que têm acesso às TICs e os que não têm. De acordo com Cullen (2001), essa exclusão restringe às oportunidades de inclusão social, evidenciando a relevância social da Alfabetização Digital. Nesta mesma direção, Martínez-Bravo *et al.* (2020) enfatizam que a inclusão digital deve colocar o indivíduo no centro do processo, favorecendo sua participação nas oportunidades oferecidas pela tecnologia, um aspecto frequentemente ofuscado por abordagens instrumentais e limitadas ao desenvolvimento de competências básicas.

Segundo Choudhary e Nidhi (2023), a Alfabetização Digital é fundamental para capacitar as pessoas a utilizarem as TICs de forma eficaz, melhorar o acesso à informação, promover a participação cívica e aumentar as oportunidades de emprego. Esses autores citam algumas barreiras a serem transpostas, como a falta de acesso à tecnologia e à Internet, falta de conhecimento e habilidades básicas em informática, falta de suporte e recursos adequados, barreiras linguísticas e culturais e falta de motivação e confiança. Nesse sentido, Scolari, Masanet, Guerrero-Pico e Establés (2018), descrevem a importância de que a AMI ultrapasse os muros da educação formal e atinjam todas as camadas da população. Esse pensamento é corroborado por Martínez-Bravo, Sádaba-Chalezquer, Serrano-Puche (2020) que acreditam que a implementação dessa ideia pode fortalecer a pesquisa no âmbito da cidadania e de práticas junto a grupos vulneráveis.

A partir dessas necessidades da população, emergem diferentes conceitos referentes às práticas de Alfabetização Digital. Um deles diz respeito aos Programas de Treinamento em

Alfabetização Digital (*Digital Literacy Training Programs - DLTP*), concebidos como modelos de desenvolvimento de competências. Esses programas começaram a ser estruturados quando a *Digital Literacy* foi reconhecida como uma competência-chave pela União Europeia.

Choudhary e Nidhi (2022b) concluíram que os DLTP podem desempenhar um papel significativo na redução da exclusão digital, desde que sejam adaptados às necessidades específicas de indivíduos e comunidades, considerando variáveis como idade, gênero, nível educacional e contexto socioeconômico. Os autores enfatizam que “curiosamente, a questão não é apenas ter acesso às TIC; em vez disso, é como as tecnologias digitais são usadas e capacitam a vida de um indivíduo” (Choudhary; Nidhi, 2022b, p. 225).

Essas conclusões dialogam com o sentido essencial de letramento, entendido como a capacidade de compreender códigos sociais e exercer a cidadania, além de evidenciarem como a exclusão digital pode afetar o sujeito em múltiplos aspectos da vida cotidiana, incluindo aqueles relacionados a desigualdades e preconceitos de gênero.

Os estudos revisados reconhecem a crescente relevância da Alfabetização Digital e discutem suas possíveis direções futuras, explorando o potencial dessa prática em diferentes contextos. Tais trabalhos buscam identificar como a AMI pode ser promovida em distintos ambientes, com o objetivo não apenas de garantir a inclusão digital, mas também de fomentar a capacitação crítica dos indivíduos no uso das tecnologias da informação.

Nomear a variedade de denominações atribuídas a essa alfabetização reflete sua complexidade. Além disso, deve considerar as desigualdades sociais, geográficas e econômicas que ainda limitam o acesso à tecnologia e, consequentemente, às práticas de letramento.

Quadro 2 - Síntese dos conceitos discutidos pelos autores dos artigos.

Conceito/Enfoque	Autor(es)
Letramento em informática (<i>computer literacy</i>) associado às TICs. <i>Digital Literacy</i> como termo central e processual, envolvendo diferentes atores e etapas.	Martínez-Bravo <i>et al.</i> (2020)
Letramento informacional (<i>information literacy</i>) promovido pela Biblioteconomia e Ciência da Informação. Reconhecimento da evolução terminológica e interdisciplinar.	Naval <i>et al.</i> (2016)
Alfabetização digital como forma de mitigar a exclusão digital (<i>Digital Divide</i>).	Cullen (2001)
Ampliação da AMI além da educação formal, atingindo diferentes camadas sociais.	Scolari <i>et al.</i> (2018)
Alfabetização digital multidimensional, incluindo competência informacional como componente essencial.	Bali (2019)
Relação entre Alfabetização Digital, cidadania e grupos vulneráveis.	Martínez-Bravo, Sádaba-Chalezquer e Serrano-Puche (2020)
Definições variadas conforme o contexto; barreiras de acesso, suporte e motivação.	Heena e Nidhi (2022)
Alfabetização digital como capacitação cívica e social no uso das TICs. Programas de Treinamento em Alfabetização Digital (DLTP) adaptados a contextos específicos.	Choudhary e Nidhi (2023)
Criação de <i>frameworks</i> para diferentes níveis tecnológicos e contextos.	Tinmaz <i>et al.</i> (2022)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 2 reforça que a Alfabetização Digital é um conceito plural, em constante evolução e fortemente marcado por sua natureza interdisciplinar. Os diferentes autores destacam enfoques que vão desde o letramento em informática até perspectivas mais amplas, que relacionam a Alfabetização Digital à cidadania, à inclusão social e à mitigação das desigualdades tecnológicas.

4.1.2 Projetos, programas e questões sociais

O acesso global à informação vem se tornando gradualmente mais democrático, e os projetos de Alfabetização Digital assumem o papel de capacitar cidadãos para enfrentar as transformações sociais impulsionadas pela tecnologia. Uma vez reconhecida a urgência desse letramento, torna-se fundamental compreender como ele pode ser efetivamente realizado e avaliado.

Nesse contexto, a União Europeia destacou-se ao recomendar um conjunto de competências-chave voltadas à empregabilidade, à cidadania e inclusão social, entre as quais a Competência Digital ocupa lugar de destaque. Essa diretriz fomentou o desenvolvimento de diferentes quadros teóricos e referenciais de avaliação, que passaram a orientar a construção de políticas públicas e instrumentos práticos de mensuração do letramento digital.

A União Europeia disponibilizou o *Digital Competence Framework for Citizens* (DigComp) e outros quadros específicos, acompanhados de ferramentas online voltadas a medir a competência digital. Nesse contexto, Martínez-Bravo *et al.* (2022) realizaram uma análise comparativa de oito iniciativas (UNESCO, União Europeia, ATCS, P21, NETS, NAEP, Engauge e OCDE), identificando seis dimensões recorrentes no debate sobre Alfabetização Digital: a crítica (decisões informadas e uso responsável de ferramentas digitais), a cognitiva (resolução de problemas e gerenciamento de informações), a social (colaboração e comunicação), a operacional (habilidades técnicas), a emocional (influência das emoções na experiência digital) e a projetiva (planejamento e gestão digital).

Os resultados da investigação indicam que as dimensões crítica e cognitiva são as mais desenvolvidas, enquanto as demais aparecem de forma secundária. Essa constatação evidencia que a visão puramente instrumental da Alfabetização Digital vem sendo gradativamente deslocada para uma perspectiva tecno-crítica, centrada na responsabilidade social e cívica do uso das tecnologias. Destaca-se, ainda, que a dimensão cognitiva guarda estreita relação com a

capacidade de enfrentar problemas complexos, mostrando-se essencial para responder os desafios econômicos e sociais contemporâneos.

Martínez-Bravo *et al.* (2022) concluíram que a ênfase na dimensão crítica reflete a construção de ecossistemas digitais significativos e o desenvolvimento de valores sociais. Eles afirmam que o aprendizado técnico, isoladamente, não é suficiente para lidar com as questões digitais contemporâneas. Assim, a autonomia, o empoderamento e a responsabilidade social dos cidadãos em ambientes digitais, que diferem da vida física, tornam-se fundamentais para lidar com as complexidades do mundo digital.

Mattar, Ramos e Lucas (2022) analisaram instrumentos baseados no DigComp 1.0 e suas versões subsequentes, DigComp 2.1, DigCompEdu e EntreComp, utilizados tanto para a autoavaliação de competências digitais quanto em pesquisas educacionais. O DigComp foi adotado como referência devido à sua confiabilidade e validação pela Comissão Europeia. Os autores propuseram uma tipologia que classifica os instrumentos em quatro categorias: questões de conhecimento direto, autoavaliação, cenários (abrangendo conhecimento e habilidades) e avaliações de desempenho.

Por sua vez, estudos como o de Guitert, Romeu e Colas (2020) abordam questões emergentes, como a exclusão digital no mercado de trabalho. Estes autores investigam a lacuna de competências digitais entre cidadãos desempregados e propõem um *framework* conceitual para orientar treinamentos voltados à empregabilidade.

Esses projetos evidenciam uma transformação na forma como se aborda a Alfabetização Digital, que passa a ser compreendida como um componente essencial da vida cotidiana, e não mais como uma mera competência técnica.

4.1 Pesquisas de campo com coletas de dados

Essa seção se subdivide entre as pesquisas que abordaram a AMI com a comunidade e aquelas que abordaram a AMI no contexto das bibliotecas.

4.1.1 AMI na comunidade

Além da mudança de paradigma e da compreensão de ambientes online e offline como esferas convergentes, outros temas emergiram nas discussões sobre Alfabetização Digital. Um deles refere-se ao envelhecimento populacional, especialmente nos países desenvolvidos, que têm ampliado o interesse de pesquisas voltadas ao aprendizado digital de idosos e adultos de meia-idade, um público historicamente menos contemplado, já que a ênfase recaía em crianças e jovens.

Byundyugova, Babikova e Kornienko (2021), analisaram a habilidade de letramento informacional em ambientes digitais entre pessoas de 30 a 60 anos. O estudo identificou uma lacuna significativa na oferta de programas de treinamentos voltados para essa faixa etária e recomendou que centros de capacitação adotassem tecnologias de visualização como recurso didático para aprimorar a alfabetização informacional de adultos de meia-idade.

Na Espanha, uma pesquisa quantitativa realizada na Universidade de Granada comparou jovens (18 a 22 anos) e idosos (80 a 85 anos) quanto ao uso das TIC em práticas de comunicação social e aprendizagem colaborativa. Também foram investigadas competências ligadas à busca e treinamento da informação, além de habilidades interpessoais (Amaro Agudo; González García; Martínez-Heredia, 2020). Os resultados apontaram um contraste marcante: enquanto 100% dos jovens estavam conectados por computadores ou tablets, apenas 30% dos idosos utilizavam esses dispositivos, e 70% declararam sequer possuir os equipamentos necessários. Embora apresentassem níveis mais baixos de competência digital, os idosos demonstraram desempenho relativamente superior em atividades de busca e tratamento da informação. O estudo sugere que a interação intergeracional pode ser um caminho para reduzir essa lacuna digital, com os jovens desempenhando papel de apoio no desenvolvimento das competências digitais dos mais velhos.

Na China, Zhang (2022) analisou o acesso digital de idosos em áreas rurais, evidenciando as disparidades entre moradores de zonas urbanas e rurais. Sua pesquisa destacou como a Alfabetização Digital influencia diretamente a participação cívica online, indicando que a democratização da internet pode abrir novas possibilidades de inclusão social, desde que acompanhada de políticas que consideram as especificidades do envelhecimento e da exclusão territorial.

Yue, Nekmat e Beta (2019) abordaram a Alfabetização Digital a partir do conceito de Cidadania Digital, analisando a participação cívica online de jovens no Sudeste Asiático, com destaque para mulheres muçulmanas da Indonésia e para a comunidade LGBT em Cingapura. Os autores definiram a Cidadania Digital como uma extensão da cidadania tradicional, viabilizada por novos meios de engajamento cívico no ambiente online. O estudo ressalta a importância de compreender o espaço digital como uma continuidade do mundo físico, no qual as tecnologias digitais estão profundamente entrelaçadas à identidade pessoal e à responsabilidade social. Nesta mesma linha, Byundyugova, Babikova e Kornienko (2021) reforçam que, no futuro, as fronteiras entre o “eu real” e o “eu virtual” tenderão a se tornar indissociáveis.

Na Indonésia, essa perspectiva se concretiza com o modelo Kampung Literasi (Aldeia da Alfabetização), criado para fortalecer as comunidades locais em seis tipos de alfabetização,

incluindo a digital. Embora o foco principal esteja no desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e escrita, o programa contempla o uso de bibliotecas digitais e o gerenciamento de recursos eletrônicos. Para avaliar sua eficácia, Suherman, Supriyadi e Safari (2020) aplicaram o modelo ICARE (Identificação, Consolidação, Ação, Revisão e Avaliação), concluindo que a iniciativa contribui significativamente para o aprimoramento das competências digitais dos participantes, reforçando o papel das práticas comunitárias como meio de inclusão digital.

A exclusão digital também foi objeto de análise em outro estudo indonésio conduzido por Mulyaningsih, Wahyunengseh e Hastjarjo (2021), que investigaram a relação entre pobreza e exclusão digital em áreas urbanas. Os autores identificaram que indivíduos de baixa renda apresentam menor acesso à informação digital, cenário agravado no caso dos mais velhos, que dispõem de menos recursos para a aquisição de *smartphones* e dispositivos modernos.

Em Israel, Lev-On *et al.* (2020) examinaram os efeitos de longo prazo do programa governamental de Alfabetização Digital voltado para populações desfavorecidas. Os resultados mostraram ganhos de confiança no uso das tecnologias por parte dos participantes; contudo, parte das competências adquiridas se perdeu com o tempo, sobretudo pela ausência de acompanhamento e suporte contínuo.

Na Índia, Nedungadi *et al.* (2018) propuseram o *framework* "Digital India", direcionado à inclusão digital de comunidades rurais e tribais. A iniciativa mostrou-se eficaz em promover o empoderamento digital e ampliar as oportunidades locais, embora os autores tenham ressaltado que o simples domínio de ferramentas de informática não garante o empoderamento pleno. Ainda assim, os achados indicam que a Alfabetização Digital tem potencial para melhorar de forma significativa a qualidade de vida em contextos remotos.

Na África do Sul, Mwanza (2022) investigou o uso de tecnologias digitais como instrumento para preservar o conhecimento indígena e, ao mesmo tempo, promover a Alfabetização Digital em comunidades rurais. Os resultados evidenciam que o acesso a recursos digitais pode empoderar essas comunidades, fortalecendo sua autonomia e favorecendo a valorização das culturas locais.

Na Indonésia, Rusydiyah (2020) analisou o uso do Twitter (hoje X) como agentes de Alfabetização Digital. O estudo centrou-se nas quatro filhas do ex-presidente Abdurrahman Wahid, identificadas como mulheres líderes de opinião. Seus *tweets*, voltados a temas como religião, democracia e direitos humanos, mostraram-se capazes de engajar seguidores e estimular uma sociedade mais crítica e informada.

A questão da inclusão digital de gênero também foi analisada por Abima *et al.* (2021), que enfatizaram a necessidade de ampliar o acesso das mulheres às tecnologias digitais. O estudo revelou que, em nível global, a proporção de mulheres usuárias da internet é 12% inferior

à dos homens, discrepância que se acentua em países de baixa e média renda. A ampliação da Alfabetização Digital entre mulheres pode representar um caminho estratégico para a geração de renda, o desenvolvimento pessoal e o fortalecimento do envolvimento com a comunidade (Abima *et al.*, 2021).

Essas investigações evidenciam que a Alfabetização Digital é um processo multifacetado, que precisa considerar as especificidades sociais, culturais e econômicas de cada população. Quando orientados para a inclusão digital, programas de alfabetização têm o potencial de reduzir desigualdades, além de capacitar indivíduos e comunidades a enfrentar os desafios do ambiente digital contemporâneo.

4.1.2 AMI e as bibliotecas

A hipótese central deste trabalho sustenta que o ambiente da biblioteca constitui um espaço privilegiado para a implementação de atividades de AMI, abrangendo também práticas de Alfabetização Digital. O caráter comunitário das bibliotecas públicas favorece o engajamento colaborativo entre perfis de usuários. Essa diversidade possibilita a realização de ações intergeracionais e amplia o alcance a grupos populacionais mais vulneráveis digitalmente, contribuindo para a inclusão e o desenvolvimento de competências essenciais à participação no mundo digital.

Tal perspectiva está alinhada à concepção de biblioteca pública como instituição com função social, entendida como uma instituição que “[...] vai além das coleções impressas tradicionais para oferecer espaços colaborativos informais e centrados nas pessoas [...]” (Rhinesmith; Stanton, 2018, p. 421). Essa definição evidencia o potencial da biblioteca pública como cenário privilegiado para projetos de letramento informacional, midiático e digital, reforçando sua relevância no contexto da sociedade em rede e da transformação digital.

Hernández-Pedreño, Romero-Sánchez e Gómez-Hernández (2019) investigaram o papel das bibliotecas públicas na promoção da inclusão digital, enfatizando sua função no acesso às tecnologias e no desenvolvimento de competências digitais. Por meio de entrevistas e grupos focais com dez especialistas em Ciência da Informação, os autores testaram a hipótese de que essas instituições são fundamentais para a inclusão digital. Os resultados confirmaram o engajamento dos bibliotecários, mas também evidenciaram desafios estruturais, como a escassez de recursos humanos e materiais adequados.

No mesmo contexto, Gómez-Hernández, Hernández-Pedreño e Romero-Sánchez (2019) realizaram um estudo na Espanha, que apontou que os bibliotecários demonstraram forte compromisso com o letramento digital, embora nem todos possuam domínio pleno das

competências necessárias. A pesquisa reforça que a dedicação profissional, por si só, não é suficiente para superar as barreiras impostas por limitações institucionais e organizacionais.

Em perspectiva comparativa, Baro *et al.* (2019), ao investigarem bibliotecários de instituições de ensino superior na África anglófona, observaram que, embora os profissionais possuam habilidades básicas, como o uso de plataformas online em redes sociais, competências digitais mais avançadas permanecem em desenvolvimento. Entre os principais entraves, destacam-se a falta de recursos adequados e a escassez de educadores especializados em TIC, o que compromete a consolidação de práticas digitais mais significativas.

Com base na metodologia proposta por Baro *et al.* (2019), Okeji, Tralagba e Obi (2019) conduziram uma pesquisa com bibliotecários de universidades nigerianas, obtendo resultados semelhantes. Os profissionais relataram ter adquirido poucas habilidades digitais durante a formação em Biblioteconomia, o que reforça a necessidade de revisão curricular nas instituições de ensino.

Babina, Ermolovich e Bekuzarova (2022) analisaram as competências digitais dos bibliotecários da Biblioteca Científica da Universidade Federal da Sibéria e propuseram um modelo experimental para seu aprimoramento. O modelo foi adaptado a quatro perfis profissionais: catalogadores, bibliógrafos, gestores e equipe de serviços. Embora o estudo não analise comparativamente os resultados antes e depois da implementação, os autores sugerem que o modelo tem potencial para ser replicado em outras universidades.

Rafi, JianMing e Ahmad (2019) ressaltaram o papel estratégico das bibliotecas acadêmicas no desenvolvimento de competências digitais dos estudantes em instituições paquistanesas. Apesar das limitações identificadas, como a ausência de programas estruturados de letramento informacional e digital, os autores argumentaram que a integração entre tecnologia com letramento digital pode ampliar o desempenho acadêmico e favorecer a inclusão social dos estudantes.

Nos Estados Unidos, Feerrar (2019) investigou a criação de um *framework* compartilhado de Alfabetização Digital para os alunos da Universidade Virgínia Tech. O estudo revelou que, embora muitos quadros teóricos existentes abordem letramentos informacionais, visuais e midiáticos, raramente discutem como essas literacias se inter-relacionam ou se sobrepõem. A autora relata que, quando simplificadas em excesso, tais abordagens correm o risco de reduzir o letramento digital ao mero uso instrumental de ferramentas tecnológicas, negligenciando dimensões críticas e complexas de Alfabetização Digital.

Na Austrália, um estudo de caso conduzido por Whiteside *et al.* (2022) analisou os programas de Alfabetização Digital da biblioteca pública de Hume, localizada no subúrbio de Melbourne. Os resultados evidenciaram que as bibliotecas públicas australianas oferecem uma

ampla variedade de serviços, que vão desde apoio tecnológico individualizado até cursos estruturados de Alfabetização Digital e programas voltados a grupos específicos, como idosos e comunidades indígenas. As entrevistas semiestruturadas realizadas com funcionários revelaram que a personalização e a flexibilidade das atividades de aprendizado são fatores determinantes para garantir que diferentes perfis de participantes consigam desenvolver, de forma significativa, suas competências digitais.

Whiteside *et al.* (2022) também enfatizam que as bibliotecas devem ultrapassar a função de treinar indivíduos com habilidades digitais limitadas, ampliando sua atuação para educar o público sobre os impactos sociais, políticos e culturais da tecnologia. Isso inclui questões como padrões de consumo e influências políticas, reconhecendo a Alfabetização Digital como prática crítica e cidadã.

Compreender as necessidades dos usuários, sobretudo dos grupos mais vulneráveis, é essencial para que a Alfabetização Digital cumpra seu papel de mitigar desigualdades. Nesse sentido, Riso *et al.* (2020) investigaram a inclusão digital de crianças em situação de rua. Os dados indicaram que os programas existentes se concentram principalmente em habilidades básicas de informática, mas frequentemente não alcançam esse público devido à falta de divulgação e ausência de estratégias específicas. Os autores recomendam, portanto, a criação de métricas de avaliação da eficácia desses programas, considerando que o sucesso deve ser medido a partir da perspectiva dos próprios participantes.

Em conjunto, esses estudos reforçam a Alfabetização Digital como ferramenta estratégica para reduzir desigualdades sociais, ampliar o empoderamento individual e promover a inclusão digital de populações vulneráveis, ressaltando a necessidade de políticas e práticas mais abrangentes e direcionadas.

5 Considerações Finais

Para além das nomenclaturas e conceitos, é possível observar um alinhamento na discussão sobre Alfabetização Digital sob dois aspectos: o primeiro, mais antigo, que se refere à expansão do letramento digital para além do uso da máquina e do acesso à internet; e o segundo, mais emergente, que se relaciona à cidadania digital, traduzida no uso digno dos recursos tecnológicos, na proteção dos indivíduos vulneráveis em ambiente virtual e nas camadas cognitivas de assimilação de espaço digital como extensão da vida física.

Em ambos, é levantada a necessidade de intervenção educativa próxima à comunidade, uma vez que se trata de uma prática que impacta diretamente na vida cotidiana. Planos de competência digital, ainda que importantes, não parecem abranger com eficácia aspectos

cívicos e políticos, especialmente nos países do sul global, onde a oferta de programas estruturados é escassa.

A urgência de estratégias mais complexas reflete os desafios impostos pela onipresença das redes sociais, pela algoritmização das plataformas e pela digitalização das políticas públicas. A exclusão social, o racismo, a misoginia e outras formas de discriminação migram para o espaço digital, mas a educação crítica necessária para reagir a esses fenômenos não acompanha a mesma velocidade. As ações identificadas são, em sua maioria, pontuais, sem um compromisso amplo com o empoderamento cívico, político de indivíduos e coletividades.

Ainda assim, algumas experiências comunitárias em países como a Indonésia, Índia e África do Sul demonstram que a Alfabetização Digital pode gerar impactos sociais significativos, valorizando culturas locais e promovendo novas formas de inclusão socioeconômica. No contexto das bibliotecas, os estudos revelam limitações persistentes, como falta de recursos e capacitação profissional, mesmo em países no norte global. Iniciativas bem-sucedidas, como as bibliotecas públicas da Austrália, embora inspiradoras, ainda são exceções.

De forma geral, os documentos analisados evidenciam uma preocupação crescente com as dimensões críticas da Alfabetização Digital, incluindo questões de gênero, raça e desigualdades econômicas. No entanto, essas temáticas ainda não são plenamente incorporadas às capacitações ou às políticas públicas em desenvolvimento. Nesse sentido, os resultados da revisão dialogam diretamente com os objetivos do estudo: compreender o estado da arte da Alfabetização Digital e avaliar o papel das bibliotecas públicas como espaços estratégicos para tais iniciativas. A partir dessa análise, delineia-se um quadro que confirma tanto os avanços no reconhecimento social e crítico da Alfabetização Digital, quanto as lacunas institucionais e políticas que limitam sua efetiva consolidação.

Sob uma perspectiva social, foram identificadas limitações que podem ser exploradas em pesquisas futuras. A incorporação dos temas Desigualdade Digital e Alfabetização Digital Crítica pela Ciência da Informação e pela Biblioteconomia mostram-se pertinentes, assim como investigações sobre fenômenos que ampliam a brecha digital em grupos sociais específicos.

Quanto às expectativas futuras, destaca-se a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o regime de informação vigente e sobre as forças de manipulação informacional que intensificam as desigualdades digitais e afetam a cidadania digital de comunidades nos países do sul global. Espera-se que tal estudo contribua para o avanço das discussões na Ciência da Informação, servindo de base para futuros trabalhos, especialmente aqueles que fortaleçam a interlocução entre a Alfabetização Digital e os ambientes sociais colaborativos no combate às desigualdades digitais.

Referências

ABIMA, Bonface *et al.* Relevant local content, social influence, Digital Literacy, and attitude toward the use of digital technologies by women in Uganda. **Gender, Technology and Development**, v. 25, n. 1, p. 87–111, 2 jan. 2021.

AMARO AGUDO, Ana; GONZÁLEZ GARCÍA, Erika; MARTÍNEZ-HEREDIA, Nazaret. Desafíos para una ciudadanía inclusiva: competencia digital entre adultos mayores y jóvenes. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 17, n. 48, p. 11–33, 27 abr. 2020.

BABINA, Olga L.; ERMOLOVICH, Elena V.; BEKUZAROVA, Natalya V. Model of Digital Competence of University Library Staff. **Journal of Siberian Federal University - Humanities and Social Sciences**, Krasnoyarsk, v. 15, n. 11, p. 1368 - 1377, 2022.

BALI, Maha. Reimagining Digital Literacies from a Feminist Perspective in a Postcolonial Context. **Media and Communication**, Lisbon, v. 7, n. 2, p. 69–81, 11 jun. 2019.

BARLOW, Jhon Perry. **A Declaration of the Independence of cyberspace**. Davos, 1996. Disponível em: <https://www.eff.org/cyberspace-independence>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BARO, Ebikabowei Emmanuel; OBARO, Onyedikachi G.; ADUBA, Emetarom Doris. An assessment of Digital Literacy skills and knowledge-based competencies among librarians working in university libraries in Africa. **Digital Library Perspectives**, v. 35, n. 3/4, p. 172–192, 11 nov. 2019.

BYUNDYUGOVA, Tatiana V.; BABIKOVA, Anna V.; KORNIENKO, Elena V. Formation and Development of Digital Literacy of the Population Based on Visualization Technologies. **International Journal of Media and Information Literacy**, Slovak Republic, v. 6, n. 1, 12 jun. 2021.

CHOUDHARY, Heena; JAIN, Himanshi. Addressing Financial Exclusion through Financial Literacy training programs: a Systematic Literature Review. **Empirical Research in Vocational Education and Training**, v. 15, n. 1, p. 8, 20 jul. 2023.

CHOUDHARY, Heena; BANSAL, Nidhi. Barriers Affecting the Effectiveness of Digital Literacy Training Programs (DLTPs) for Marginalised Populations: A Systematic Literature Review. **Journal of Technical Education and Training**, v. 14, n. 1, 30 jun. 2022.

CULLEN, Rowena. Addressing the digital divide. **Online Information Review**, v. 25, n. 5, p. 311–320, 1 out. 2001.

FARIAS, Gabriela Belmont. de; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Como desenvolver a competência em informação mediada por modelagem conceitual teórico-prática: por uma aprendizagem significativa e criativa na educação**. Londrina: ABECIN Editora, 2015.

FEERRAR, Julia. Development of a framework for Digital Literacy. **Reference Services Review**, v. 47, n. 2, p. 91–105, 10 jun. 2019.

FISHER, Max. **A máquina do caos: Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo**. São Paulo: Todavia, 2023.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57–73, 15 set. 2019.

GÓMEZ-PARRA, María Elena; HUERTAS-ABRIL, Cristina Aránzazu. La importancia de la competencia digital para la superación de la brecha lingüística en el siglo XXI: Aproximación, factores y estrategias. **EDMETIC**, v. 8, n. 1, p. 88–106, 1 jan. 2019.

GUIBERT, Montse; ROMEU, Teresa; COLAS, Jean-François. Basic digital competences for unemployed citizens: conceptual framework and training model. **Cogent Education**, v. 7, n. 1, p. 1748469, 1 jan. 2020.

HERNÁNDEZ-PEDREÑO, Manuel; ROMERO-SÁNCHEZ, Eduardo; GÓMEZ-HERNÁNDEZ, José-Antonio. Las bibliotecas públicas ante la inclusión digital: desafíos para una ciudadanía más igualitaria. **Revista Mediterránea de Comunicación**, v. 10, n. 1, p. 41, 1 jan. 2019.

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions. **Acesso e oportunidade para todos: Como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas**. São Paulo: Repositório - FEBAB, 2016. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/590>. Acesso em: 27 ago. 2025.

IFLA UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. São Paulo: Repositório - FEBAB, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 27 ago. 2025.

LANHAM, Richard A. Digital Literacy. **Scientific American**, v. 273, n. 3, pp. 198–200, set. 1995.

LEANING, Marcus. An Approach to Digital Literacy through the Integration of Media and Information Literacy. **Media and Communication**, v. 7, n. 2, p. 4–13, 11 jun. 2019.

LEV-ON, Azi et al. The long-term effects of Digital Literacy programs for disadvantaged populations: analyzing participants' perceptions. **Journal of Information, Communication and Ethics in Society**, v. 19, n. 1, p. 146–162, 3 mar. 2021.

MANABAT, April R. Bringing MIL into the Margins: Introducing Media and Information Literacy at the Outskirts. **International Journal of Media and Information Literacy**, v. 6, n. 1, 12 jun. 2021.

MARTÍNEZ-BRAVO, María Cristina; SÁDABA CHALEZQUER, Charo; SERRANO-PUCHE, Javier. Dimensions of Digital Literacy in the 21st Century Competency Frameworks. **Sustainability**, v. 14, n. 3, p. 1867, 7 fev. 2022.

MARTÍNEZ-BRAVO, María-Cristina; SÁDABA-CHALEZQUER, Charo; SERRANO-PUCHE, Javier. Fifty years of Digital Literacy studies: A meta-research for interdisciplinary and conceptual convergence. **El profesional de la información**, p. e290428, 6 ago. 2020.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine; LUCAS, Margarida Rocha. DigComp-Based Digital competence Assessment Tools: Literature Review and Instrument Analysis. **Education and Information Technologies**, v. 27, n. 8, p. 10843–10867, set. 2022.

MULYANINGSIH, Tri; WAHYUNENGSEH, Rutiana; HASTJARJO, Sri. Poverty and Digital Divide: A Study in Urban Poor Neighborhoods. **Jurnal Ilmu Sosial dan Ilmu Politik**, v. 24, n. 2, p. 189, 26 mar. 2021.

MWANZA, Alfred John. Can digital technology be used for addressing Digital Literacy in the dissemination of Indigenous Knowledge in rural areas? **South African Journal of Libraries and Information Science**, v. 88, n. 1, 27 dez. 2022.

NAVAL, Concepción; SERRANO-PUCHE, Javier; SÁDABA, Charo; et al. Sobre la necesidad de desconectar: algunos datos y propuestas. **Education in the Knowledge Society (EKS)**, v. 17, n. 2, p. 73–90, 19 jul. 2016.

NEDUNGADI, Prema P.; MENON, Rajani; GUTJAHR, Georg; et al. Towards an inclusive Digital Literacy framework for digital India. **Education + Training**, v. 60, n. 6, p. 516–528, 2 jul. 2018.

OKEJI, Chukwuma Clement; TRALAGBA, Eriye Chris; OBI, Ifeyinwa Calista. An investigation of the Digital Literacy skills and knowledge-based competencies among librarians working in university libraries in Nigeria. **Global Knowledge, Memory and Communication**, v. 69, n. 4/5, p. 311–330, 1 out. 2019.

POLIZZI, Gianfranco. Internet users' utopian/dystopian imaginaries of society in the digital age: Theorizing critical Digital Literacy and civic engagement. **New Media & Society**, v. 25, n. 6, p. 1205–1226, 25 jun. 2023.

RAFI, Muhammad; JIANMING, Zheng; AHMAD, Khurshid. Technology integration for students' information and Digital Literacy education in academic libraries. **Information Discovery and Delivery**, v. 47, n. 4, p. 203–217, 22 out. 2019.

RHINESMITH, Colin; STANTON, Christiana Lynne Urbano. Developing Media Literacy in Public Libraries: Learning from Community Media Centers. **Public Library Quarterly**, v. 37, n. 4, p. 420–440, 2 out. 2018.

RISO, Anna; MIDDLEBROOK, Callie; WHINIHAN, Erika; et al. Are We Creating Opportunities for Homeless Children to Succeed in the Digital Age? **The Serials Librarian**, v. 79, n. 1–2, p. 30–37, 5 ago. 2020.

RUSYDIYAH, Evi Fatimatur. Social Education Through Digital Literacy Among Indonesian Female Muslim Activists: The Experience of Abdurrahman Wahid's Daughters. **Journal of Indonesian Islam**, v. 14, n. 1, p. 210, 1 jun. 2020.

SCOLARI, Carlos A.; MASANET, Maria-José; GUERRERO-PICO, Mar; et al. Transmedia literacy in the new media ecology: Teens' transmedia skills and informal learning strategies. **El Profesional de la Información**, v. 27, n. 4, p. 801, 30 jul. 2018.

SUHERMAN, Ayi; SUPRIYADI, Tedi; SAFARI, Indra. Promoting Digital Literacy Skills: An Action Research to People of Kampung Literasi. **Universal Journal of Educational Research**, v. 8, n. 4, p. 1372–1386, abr. 2020.

TINMAZ, Hasan; LEE, Yoo-Taek; FANEA-IVANOVICI, Mina; BABER, Hasnan. A systematic review on Digital Literacy. **Smart Learning Environments**, v. 9, n. 1, p. 1-18, 8 jun. 2022.

UNESCO. **What you need to know about literacy:** What is the global situation in relation to literacy? Unesco, 11 fev. 2025 Disponível em: <https://www.unesco.org/en/literacy/need-know#:~:text=Literacy%20is%20a%20continuum%20of>. Acesso em: 27 ago. 2025.

WHITESIDE, Naomi; COOPER, Vanessa; VO-TRAN, Huan; et al. Digital Literacy Programs in Support of Diverse Communities – An Australian Public Library Approach. **Journal of the Australian Library and Information Association**, v. 71, n. 4, p. 388–407, 15 set. 2022.

YUE, Audrey; NEKMAT, Elmie; BETA, Annisa R. Digital Literacy Through Digital Citizenship: Online Civic Participation and Public Opinion Evaluation of Youth Minorities in Southeast Asia. **Media and Communication**, v. 7, n. 2, p. 100–114, 11 jun. 2019.

ZHANG, Yongqi. Measuring and applying Digital Literacy: Implications for access for the elderly in rural China. **Education and Information Technologies**, 9 nov. 2022.